



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DEPARTAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA DO SUAS

COORDENAÇÃO GERAL DE CERTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

NÚM. PARECER: 146534/2015
PROTOCOLO: 71000.058993/2010-37
C.N.P.J: 65.712.697/0001-79
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO OLIMPIENSE DE PROMOÇÃO DO ADOLESCENTE
MUNICÍPIO: OLIMPIA
ÚLTIMA CERTIFICAÇÃO: 22/03/2007 A 21/03/2010
TIPO DE PROCESSO: Renovação
DATA DE PROTOCOLO: 04/05/2010
UF: SP
DILIGÊNCIA/OF. COMPL.: 1455/2015

ANÁLISE TÉCNICA

I) DOCUMENTOS OBRIGATORIOS:

(Documentos pendentes)

Não apresentou todos os documentos

Demonstração de resultado de exercício (D.R.E.)

II) FINALIDADES OU OBJETIVOS DO ESTATUTO SOCIAL:

a) Compatibilidade do estatuto com LOAS: art. 34, I, Dec. 7.237/10 ou art. 39, I, Dec. 8.242/14
Compatível com a legislação

b) Destino do patrimônio em caso de dissolução:
art. 3º, II, Lei 12.101/09
Compatível com a legislação

III) ATIVIDADES DO RELATÓRIO: art. 18 da Lei 12.101/09 Atua na assistência social

atendimento

Oferta(s)	Usuário(s)	Qualificação usuário
acesso ao mundo do trabalho	adolescentes;jovens	

Outras ofertas (anteriores à lei):

IV) GRATUIDADE (a partir dos documentos

apresentados): Art. 18 da Lei 12.101/09 e Art. 57 do Decreto 8.242/14

Não apresentou documento que demonstre gratuidade

V) MANIFESTAÇÃO DE OUTRO ÓRGÃO:

Número(s):

VI) CONTINUIDADE, PLANEJAMENTO e UNIVERSALIDADE DAS OFERTAS: Art. 18 da Lei 12.101/09

Não foram analisados

VII) CONCLUSÃO DO PARECER: INDEFERIDO

Motivo em caso de indeferimento: Não demonstrou gratuidade nas ofertas

Embora a entidade tenha sido diligenciada (ofício nº 1455/2015), o seguinte documento obrigatório não foi apresentado: Demonstração de resultado de exercício (D.R.E.). Com isso, a análise dos requisitos de certificação presentes na Lei nº 12.101/2009 e no Decreto nº 8.242/2014 não foi possível.

A entidade poderá recorrer da decisão em até trinta (30) dias a partir da publicação no Diário Oficial da União (D.O.U.). Ressalta-se que o recurso não tem efeito suspensivo, ou seja, a partir da publicação do indeferimento a entidade perde o direito à isenção do art. 29 da Lei 12.101/09.

Caso o fundamento do indeferimento seja a não apresentação de documentação obrigatória, a entidade poderá apresentar em sede de recurso a documentação faltante indicada acima.

www.mds.gov.br/assistenciasocial

Brasília, DF 28/03/2016

Jaiison Costacurta

CGCEB/DRSP/SNAS/MDS

Marília Carvalho

CGCEB/DRSP/SNAS/MDS

Bárbara P. C. Campos
DRSP/SNAS/MDS